



Memória(s), imagens do passado e discursos identitários na imprensa escolar

Autor(es): Mota, Luís

Fonte:

Publicado por: Imprensa da Universidade Coimbra

URL persistente: <http://hdl.handle.net/10316.2/3532>

Accessed : 26-Jan-2013 20:33:30

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <http://digitalis.uc.pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



Memória(s), imagens do passado e discursos identitários na imprensa escolar

Luís Mota

Luís Mota. Doutor em História da Cultura. Professor da Escola Superior de Educação de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Memória(s) e História

Neste texto irei deter a minha análise sobre um conjunto de discursos publicados na imprensa escolar, durante o período do Estado Novo, e que encerram uma visão da História de Portugal, constituindo um contributo para a memória histórica. A problemática da(s) memória(s), nomeadamente sobre a(s) interrelações entre memória(s) colectiva(s) e a memória histórica, é complexa e não terá aqui cabimento. Sublinho um entendimento da memória histórica como um tipo de memória colectiva¹, considerando-a uma memória social. A memória histórica, para além da tradição científica, mobiliza para a sua constituição matéria-prima com origem numa multiplicidade de fontes². A personalização da história não é específica do período do Estado Novo e para ela terão concorrido vários factores, da qual resulta a afirmação da ideia de herói e o conceito de heroísmo, como elementos essenciais na narrativa histórica³.

O Estado Novo era portador de um projecto ideológico baseado numa retórica de propaganda revisionista da memória histórica e produtora de um conceito de cultura popular, que tinha por finalidade a construção de uma visão da identidade nacional essencialista, ucrónica e orgânica. Luís Reis Torgal destaca, para este período, a existência de uma história ao serviço de uma ideologia⁴ e o contributo da educação e do ensino a este nível extravasa, em muito, os manuais e a didáctica de professores e professoras do ensino primário nas lições de História⁵.

A minha abordagem vai incidir, precisamente, sobre a formação de professores nas Escolas do Magistério Primário colocando o enfoque não no aparelho de enunciação e nas normas emanadas, mas nos actores – objecto e veículo desse mesmo aparelho, os alunos-mestres e as alunas-mestras, e nos seus discursos publicados no jornal *Rumo*. Da análise exaustiva resultou um corpo documental de duzentas e oito *notícias* (artigos, textos), onde identifiquei uma certa leitura da História de Portugal. Factos nacionais e instituições, acompanhados de uma hipervalorização do papel individual dos actores sociais – heróis, santos e outras figuras nacionais, bem como perspectivas sobre o ensino da História de Portugal (Pátria) – objecto de estudo no âmbito da Didáctica Especial, por um lado, e, por outro, uma visão de Portugal, enquanto nação, e dos portugueses. A hipervalorização da acção individual extravasa o âmbito nacional – vertente que por razões de formato fica, de momento, fora do campo de análise – corporizando uma reflexão e um posicionamento sobre uma plêiade de personagens da História, nomeadamente compositores, escritores(as), filósofos, intelectuais, padres, pintores, políticos, psicólogos, santos e, muito particularmente, pedagogos(as).

¹ Cf. MATOS, Sérgio Campos – *Historiografia e a Memória Nacional 1846-1898*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 56-71.

² Cf. TORGAL, Luís Reis – *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 20.

³ Sobre a evolução da ideia de herói e a personalização da História, vejam-se: CATROGA, Fernando – *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*. Volume II. Coimbra, 1988, p. 891-941. MATOS, Sérgio Campos – *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 384-462. JOÃO, Maria Isabel – *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 206 e ss.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 31-32.

⁵ Cf. TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – ob. cit., p. 453.

Do ensino da História – *Didáctica da História Pátria*⁶

A reflexão sobre os objectivos do ensino da História é uma constante ao longo da publicação do *Rumo*. Dividindo-os em formativos e informativos, compaginam-se com questões de didáctica especial, entendendo por didáctica «a ciência e a arte de ensinar e aprender»⁷, e a didáctica especial como a «ciência que imprime carácter específico às normas gerais da Didáctica, aplicando-as ao ensino de cada disciplina»⁸.

No domínio dos objectivos formativos ressalta a preocupação com uma formação pessoal e cívica da criança, em que se espera que a História conduza cada um(a) a «construir a humanidade com sentido crítico e ensinar o homem a ser cada vez mais humano»⁹, trabalhe permanentemente no sentido da sua perfectibilidade¹⁰, num quadro de valores de referência – Deus, a Pátria e a Família¹¹, para a formação do carácter¹² e da consciência¹³.

Para o atingir a História deve mobilizar sentimentos e paixões, sem exacerbar nacionalismos ou motivar desejos revanchistas:

O ideal seria que a criança se desejasse em épocas transactas para remediar certos danos causados à Pátria. Se assim for, tenho a certeza de que esses pequenitos, se amanhã forem chamados e defender a Pátria, se portarão como grandes heróis.

Não devemos, no entanto, criar exclusivistas nacionalismos exaltados, pois o ódio é sempre condenável. Que as crianças se convençam de que «não precisamos de mais um palmo de terra para sermos uma das maiores nações do mundo»¹⁴.

Para cumprir tais finalidades e objectivos, a História Pátria oferece os modelos positivos para a criança imitar e, quando o aluno possui certos conhecimentos, os negativos, na medida em que contribuem para o desenvolvimento no domínio pessoal¹⁵. A História transforma-se assim em mestra da vida mas mestra da vida portuguesa¹⁶.

⁶ É o título do capítulo dedicado ao ensino da História, assinado por Orbelino Geraldês Ferreira e José Maria Gaspar, este último professor da Escola do Magistério Primário de Coimbra. Vejam-se: GASPAS, José Maria; FERREIRA, Orbelino Geraldês – *Notas de Didáctica Especial*. Porto: Tipografia Domingos de Oliveira, 1944. [Existe uma 2ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1950] GASPAS, José Maria – *Apontamentos de Didáctica Especial*. Coimbra: Livraria Almedina, 1959.

⁷ GASPAS, José Maria – ob. cit., p. 6.

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 7.

⁹ PINTO, Ulisses Germano M. Leal – O facto histórico. In: *Rumo. Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*. Coimbra, 15-2-1960.

¹⁰ Cf. «A criança e a História Pátria». *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-2-1956. MARTINS, José Alberto Ferraz – «A História-Ciência», Colóquio numa aula de Did. Esp.. In: *Rumo. Órgão dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*. Coimbra, 1-3-1963.

¹¹ Vejam-se a mero título de exemplo: ALVES, R. Pedro (antigo aluno) – O ensino da História. In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-7-1954.

¹² Idem, *Ibidem*.

¹³ Cf. CARDOSO, João Carlos – Curso de Aperfeiçoamento para professores do ensino primário comum. A Lição de História à 3ª Classe. In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-3-1963.

¹⁴ «A criança e a História Pátria». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-2-1956.

¹⁵ Cf. BRITO, Edília Maria Alves de – Objectivos do Ensino da História. Apontamento incompleto de uma aula. In: *Órgão [...]*, 1-12-1962.

¹⁶ «A sublime Trilogia da Educação Nacional – Deus, Pátria e Família – tem raízes superabundantes na perenidade histórica da Gente Lusitana. Assim a História nos aparece como Mestre da Vida Portuguesa – base e capitel da veneranda coluna educativa». ALVES, R. Pedro (antigo aluno) – ob. cit.

A dimensão formativa da História é critério para a selecção de conteúdos, prevalecendo as preocupações «com a Moral Cristã e com nível mental dos educandos» quando se questiona a utilidade da leccionação «das *não esclarecidas* relações de D. Teresa com o galaico Peres de Trava», da «*amante* de D. Pedro I e dos amores adúlteros de Leonor Teles» ou «apoiar o bárbarico e discutidíssimo assassinato de Inês de Castro, ainda que em razões de Estado; condená-la para depois fazer apologia da crudelíssima vingança». E acrescenta-se:

Pôr ao rubro uma alma de criança, descrevendo-lhe em termos de exaltada apologética um campo de batalha, com homens a esquartejarem-se, rios de sangue a correr, gemidos de moribundo e montões de cadáveres, não é incutir o dever sagrado de defender a Pátria, mas, sim, deformar pecaminosamente, apagando sentimentos nobres e estimulando os mais torpes instintos.

Pretender inculcar vultos históricos, mostrando-os a desnarigar uns, a desorelhar outros, a desventrar grávidas, parece-me desvirtuar o seu heroísmo, teimar em desconhecer o objectivo primordial do ensino da História e a psicologia da infância e, com mais forte razão, a destriça entre estudante e estudioso.

Depois de tudo isto, passar, vertiginosamente, pela obra divinalmente bela dos Missionários, parece-nos, então, de bradar aos céus.

É a negativa do Ideal a que nos propomos¹⁷.

No âmbito dos objectivos informativos destaca-se o desejo de instruir sobre os assuntos históricos¹⁸, promovendo a aquisição de conhecimento sobre o passado do país natal, para que ninguém se sinta «estrangeiro na sua própria pátria»¹⁹, mobilizando a memorização e a compreensão²⁰ e no respeito pela verdade histórica que não deve ser sacrificada ao «egoísmo patriótico», onde «os factos históricos devem ser relatos integrais»²¹.

Na prossecução da verdade histórica o(a) professor(a) mobiliza a crítica e a pragmática histórica, escolhendo os factos verdadeiros e rejeitando os falsos ou duvidosos, e relacionando-os com as suas causas e consequências²².

Não basta narrar o facto, após a apresentação exaustiva e pormenorizada, é necessário ajudar os(as) alunos(as) a tirarem frutos da lição – a título de exemplo, *lealdade*, *heroicidade*, *honestidade* ou *humildade* – e apelar para que procedam de igual modo²³.

Na escola primária são fontes primaciais da aprendizagem da História²⁴ a narração e o colóquio, devendo promover-se uma «narração entusiasta, quente, sentida»²⁵, em que as palavras do(a) mestre(a) sejam «cheias de convicção, vida e amor»²⁶, acabando

¹⁷ Idem, *Ibidem*.

¹⁸ Cf. BRITO, Edília Maria Alves de – ob. cit.

¹⁹ MARTINS, José Alberto Ferraz – ob. cit.

²⁰ Cf. BARRETO, Madalena – «Sobre o ensino da História». In: *Rumo. Mensário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*. Coimbra, 1-3-1961.

²¹ PINTO, Ulisses Germano M. Leal – ob. cit.

²² Cf. CUNHA, Arnaldo – «Visão larga de Educação Nacional». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-3-1952.

²³ Cf. PEREIRA, Júlia da Conceição – «Papel educativo da História». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-11-1951.

²⁴ Cf. GASPAS, José Maria – ob. cit., p. 374.

²⁵ MENDES, Maria Ondina – «O Livro de História». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-2-1956.

²⁶ «A criança e a História Pátria». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-2-1956.

por suscitar intuições, provocando «pessoal actividade discente»²⁷, despontando comparações, observações e suscitando «as respostas e perguntas da mestre e outras formas»²⁸. O ensino torna-se intuitivo se a narração mobilizar recursos desenvolvendo o comentário de fotografias, gravuras, quadros (em álbuns históricos) ou de projecções ou filmes, promover a realização de excursões, de construções plásticas ou de representações escolares ou organizando um museu de classe²⁹.

Na década de sessenta assiste-se a um debate sobre a inclusão ou não da História na escola primária, considerando-se que, por um lado, com as orientações da psicologia e os períodos de desenvolvimento intelectual, o estudo de biografias, a sincronização de épocas e acontecimentos, nunca deveria ocorrer antes dos 13 anos, por outro, «seria um crime não apresentar aos futuros cidadãos portugueses a grandeza da nossa História, gigantesca e humana, permanente e eterna no seu conceito cristão»³⁰. Quem incluiu a História no programa da 4ª classe terá sido mesmo isto que pensou.

A defesa do ensino da História passa por um ataque ao que se define como internacionalismo pedagógico que se acusa de combater o ensino da História. Discute-se com Rousseau – para quem a História era deformadora do carácter, Paul Valéry – que «odeia o ensino da História», Talleyrand – que a considera «a mentira que mais convém», Tolstoy, Trary, Volney e a corrente tecnicista, com Claparède, Ferrière e Dewey, pedagogos que, segundo a opinião expressa, ou entendem que a História só deve ser ensinada na idade adulta ou é uma disciplina inútil e prejudicial. Mobiliza-se a corrente cristã contemporânea – invocam-se o Abade Siéyes, Houre e M. Benda – para argumentar que «as verdades históricas não são mais reais que as verdades religiosas», promovendo «uma autêntica cruzada de reposição de valores» contra o «delírio colectivo a que as exageradas e licenciosas liberdades deste e do século passado, conduziram a Humanidade», o principal «motivo de descrédito do ensino da História»³¹.

A História é percebida como um repositório de modelos e das suas lições retiram-se *frutos*. O seu ensino deverá contribuir para a formação do carácter e da consciência, no quadro dos valores do Estado Novo, através do apelo aos sentimentos e paixões, recorrendo à narração enquanto *fonte* de aprendizagem.

Da História de Portugal

Os factos nacionais e as instituições

Os artigos que analisam os factos nacionais, podem dividir-se em dois grupos, um, dedicado ao estudo de um facto ou período, no conjunto consubstanciam uma

²⁷ CARDOSO, João Carlos – ob. cit.

²⁸ Idem, *Ibidem*.

²⁹ Idem, *Ibidem*.

³⁰ MARTINS, José Alberto Ferraz – «Finalidades do Ensino da História». In: *Rumo. Órgão dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*. Coimbra, 1-2-1963

³¹ Cf. MARTINS, José Alberto Ferraz – ob. cit., 1-2-1963; MARTINS, José Alberto Ferraz – ob. cit., 1-3-1963.

visão abrangente e sequenciada do processo histórico, um segundo, de natureza temática em que, cada texto percorre toda a História de Portugal.

O primeiro grupo de narrativas pode, por sua vez, subdividir-se em quatro conjuntos arrumados por critérios cronológicos. O primeiro conjunto abrange desde a derrota dos lusitanos – o herói Viriato e a *traição* romana³², ao Garb-Al-Andaluz, analisado em dois textos, um primeiro relata a invasão e produz um claro reconhecimento do legado civilizacional de que Portugal é devedor³³, o outro, destaca nos cristãos uma fé *inquebrantável* vista como *refúgio*, perante um *jugo muçulmano temido e tenebroso* e onde o renascimento agrícola peninsular é fruto da *enxada do escravo cristão*, salvaguardando que em tempos idos se *conservavam os bens e crenças àqueles que de livre vontade aceitavam* o seu jugo, mas depois passaram a *inimigos da fé*, visão que só terminou em 1492³⁴.

Um segundo corpo de artigos enquadra o período que vai desde a reconquista à batalha de Aljubarrota. A conquista de Santarém (com Afonso Henriques no papel principal), a independência e o alargamento do território salientando o papel de cada monarca, o auxílio português a Castela narrado na batalha do Salado, o feito de Deu-la-deu Martins que nos transporta aos conflitos com Castela e, a concluir, a Batalha de Aljubarrota.

Segue-se-lhe um conjunto que agrupa as temáticas dos descobrimentos – onde *cintila* o herói Infante D. Henrique, os portugueses emergem como motivados, para além da curiosidade, do inusitado e das *experiências*, «por um desejo de bem servir o Criador»³⁵, e onde o papel do missionário merece destaque em relação ao do soldado³⁶ – do 1º de Dezembro de 1640, do século XVII – caracterizado como *horto de grandes vultos*, e das invasões francesas.

As narrativas sobre o 1º de Dezembro de 1640 sustentam, no seu conjunto³⁷, seis momentos: perda da independência, aversão ao domínio espanhol, revolução na Catalunha, Restauração e Portugal independente e o papel desempenhado por D. João IV. Os últimos dois textos estão marcados pela vivência da guerra colonial, mobilizando-se a História como mestra da vida e exemplo no presente. Jorge Pinto dos Santos sustentaria, em conferência na Escola da Lousã que «já naquela época havia portugueses renegados, dominados pelos seus interesses e ambições» e interrogava:

[...] não teremos hoje portugueses, se assim se podem chamar, capazes de renegar a Pátria, entregando-a ao inimigo só para servirem os seus vis interesses?

³² Cf. REBELO, M. Fernanda Fragoço Gomes – «Viriato». In: *Rumo. Órgão* [...], 1-5-1964.

³³ Cf. CARDOSO, Armando – «Factos que convém sublinhar – os árabes na península». In: *Rumo. Quinzenário* [...], 15-5-1952.

³⁴ Cf. VIEIRA, Manuel Baptista – «A fé subsistiu». In: *Rumo. Quinzenário* [...], 15-2-1953.

³⁵ CARDOSO, Maria Alcide Valente – «D. Henrique, pensamento cristão da sua obra». In: *Rumo. Quinzenário* [...], 15-5-1960.

³⁶ Cf. GASPAS, José Maria – «Fé e Império». In: *Rumo. Quinzenário* [...], 1-1-1953. «Renascer (1640)». In: *Rumo. Quinzenário* [...], 1-12-1959. SANTOS, Prof. Jorge Pinto dos – «Comemorações do 1º de Dezembro». In: *Rumo. Órgão* [...], 1-1-1966. Maria Ortélia – «Aniversário do 1º Dezembro». In: *Rumo. Órgão* [...], 1-11-1966.

³⁷ Os textos sobre o 1º de Dezembro de 1640 são os seguintes: QUERIDO, José Baptista F. – «Dezembro de 1640». In: *Rumo. Quinzenário* [...], 1-12-1952. SILVA, Maria Eduarda Coimbra da – «1º de Dezembro». In: *Rumo. Quinzenário* [...], 1-3-1956.

O que se está passando com algumas das nossas Províncias Ultramarinas é a resposta a esta interrogação³⁸. [...]

Hoje como então devemos dar o mais fiel testemunho do nosso patriotismo. Unidos à sombra da bandeira, tomando como espelho os nossos gloriosos antepassados e actuais combatentes, bem dignos continuadores da História Nacional.³⁹

As invasões francesas recebem, em dois artigos, um tratamento muito desigual. Num relatam-se *os factos* e narram-se secamente as peripécias das invasões sem esquecer o domínio inglês – sobre o qual a percepção não é inequívoca⁴⁰, e num segundo texto, um pequeno apontamento que serve de libelo acusatório ao liberalismo, causticado por apoiar e se apoiar na vaga napoleónica, colocando em oposição a cultura lusíada, que terá encontrado a sua salvação no ultramar (o Brasil), e as *culturas liberalistas*, responsabilizadas pela adopção de uma *cultura alheia* e consequente mutilação do corpo nacional (referência ao Ultimatum e aos territórios do mapa cor-de-rosa)⁴¹.

Finalmente, um núcleo de textos que aborda a questão africana – a colonização, a partilha do continente e a campanha de pacificação de Moçambique, com o fim do império de Gaza e o confronto entre Mouzinho de Albuquerque e Gungunhana⁴² –, a evolução dos acontecimentos da 1ª República (1919 a 1926 – onde se caracteriza a situação do país como *caótica após assassinato de Sidónio Pais*) ao 28 de Maio e ditadura militar, curiosamente intitulado *Doutrina Sã*⁴³ e, por fim, o Estado Novo – onde se produz a apologia de Salazar e se resume a sua acção em quatro eixos: o milagre financeiro, a institucionalização do Estado Novo (a Constituição, o Acto Colonial, o Estatuto Nacional do Trabalho), as relações entre o Estado e a Igreja, com referência à Concordata e ao Acordo Missionário, e o tratado de amizade e consulta assinado com o Brasil⁴⁴.

A análise diacrónica incide sobre dois temas: a bula da cruzada⁴⁵ e a acção missionária dos portugueses⁴⁶. Na narrativa sobre a acção missionária portuguesa, a génese de Portugal é enquadrada no movimento de cruzadas e o *espírito de missão* e o *esforço náutico português* corporizam, a partir de 1415, a *busca e conquista dos infiéis para Cristo*. Cerca de quatro séculos – pontuada pela criação de dioceses no ultramar – *os missionários portugueses auxiliados pelos nossos valentes soldados, correram todo*

³⁸ SANTOS, Prof. Jorge Pinto dos – ob. cit.

³⁹ Idem, *Ibidem*.

⁴⁰ «Como se sabe, quem regia era a Junta Governativa, dominada por Beresford. Exerceu feroz despotismo, preterindo as promoções e o pagamento de soldos da oficialidade portuguesa. A sua influência foi especialmente predominante entre 1815 e 1818, na perseguição a todos os que manifestavam ideias liberais. Assim, logrou apanhar em flagrante numa conspiração o general Gomes Freire de Andrade e outros mandando-os logo enforcar em S. Julião da Barra. Nesse meio tempo regressou a família real e tudo se recompôs». Jonas – «Invasões Francesas». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-3-1965.

⁴¹ «Apontamento». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-7-1964.

⁴² TORRES, Alfredo – «Velhos-Manuscritos Chaimite – último reduto dos Vátuas». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-11-1960.

⁴³ VIEIRA, Manuel – «Doutrina Sã». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-5-1953.

⁴⁴ SERRA, Maria do Rosário Neto – «Portugal Moderno». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-4-1963.

⁴⁵ NOGUEIRA, Eurico Dias – «Bula da Cruzada e Indultos Pontifícios». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-3-1952.

⁴⁶ CRISANTO, José Roque – «Acção Missionária Portuguesa». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-6-1965.

*o mundo, ensinando, baptizando, morrendo pela Fé de Cristo. As missões contaram com apoio régio pois era a alma do povo português expandindo-se no Amor de Cristo, no Amor do próximo. Era um interesse nacional. A derrocada começa com o mais grave erro do Marquês de Pombal: a expulsão dos jesuítas. A decadência das missões atravessa o século XIX com o golpe de misericórdia, dado em 1834, pelo mata-grades Joaquim António de Aguiar e concomitantemente começa a derrocada do nosso Ultramar que havia de repercutir-se dum modo tão triste e lamentável em nossos dias. A separação entre o Estado e a Igreja representou, em 1910, novo e profundo golpe na acção missionária. A crise contemporânea é percebida como política, social, mas também religiosa. O texto encerra com um apelo à acção missionária recordando que Deus é nosso Pai. Nunca nos esquece. Nós é que nos esquecemos d'Ele*⁴⁷.

Apenas em 1953 são publicados dois artigos referentes a instituições, sendo um sobre uma ordem militar, os Templários, e o outro, analisa a Inquisição. A pretexto do Convento de Cristo é-nos descrita a origem da Ordem dos Templários, a sua participação na reconquista, acompanhada de uma descrição dos combates travados, até ao momento em que a ordem cai em desgraça e os seus bens acabam por ser transferidos para a Ordem de Cristo «que tantos e tão grandes serviços havia de prestar, mais tarde, sob o mando do celeberrimo Infante D. Henrique nas memoráveis Navegações Portuguesas»⁴⁸.

Na narrativa sobre a inquisição, depois de fixar a origem – a guerra contra os albigenses, e a sua introdução no país vizinho por Filipe II, Baptista Vieira identifica como móbil para a insistência dos monarcas portugueses na sua criação em Portugal, o facto de o povo continuar «escravo das riquezas daqueles cristãos aparentes em cujas mãos, sujas de usura, corria o ouro puro da lei e luxos exuberantes atentórios da miséria e pacatez do vulgo humilde»⁴⁹, motivo de ódio e por colocar em causa os anseios populares de unidade política e religiosa.

Quando avalia a sua acção considera que há quem veja «apenas um tribunal político e religioso»⁵⁰ que atentou contra «povos e desrespeitou a personalidade humana»⁵¹ esquecendo que foi a inquisição que salvaguardou Portugal das «lutas político-religiosas que ensanguentaram a Europa»⁵² e contribuiu para suavizar a pressão exercida pela nobreza sobre o povo⁵³.

Da análise às narrativas de factos nacionais e das instituições merece destaque:

- i. O permanente reconhecimento da protecção divina.
- ii. Uma certa resposta às interrogações e problemáticas do presente, visível nos textos sobre o 1º de Dezembro de 1640, onde emerge a guerra colonial.
- iii. A marca ideológica nas críticas ao liberalismo e ao século XIX ou nas apreciações sobre Salazar e a sua acção.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

⁴⁸ VIEIRA, Manuel Baptista – «Ao longo da História Os Templários». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-4-1953.

⁴⁹ VIEIRA, Manuel Baptista – «A Inquisição». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-3-1953.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*.

⁵¹ Idem, *Ibidem*.

⁵² Idem, *Ibidem*.

⁵³ Idem, *Ibidem*.

Heróis, santos e outras figuras nacionais

De entre os heróis nacionais destacam-se o Infante D. Henrique, Nuno Álvares Pereira, o *herói e santo*, com *grande amor pela castidade*, Vasco da Gama, o *marinheiro e soldado*, de *estatura alta e desempenada*, *testa reveladora duma forte inteligência*, *fartas e compridas barbas*, *voz enérgica e dominadora*, *olhar vivo e penetrante* e Luís Vaz de Camões e os «Lusiadas» – *preclaro poeta, verdadeiro patriota, português de raça e coração*; Os «Lusiadas» são Portugal, o símbolo da glória de um povo.

Na plêiade de escritores encontram-se Alfredo Pimenta, *um dos espíritos mais cultos da cultura portuguesa contemporânea*, Antero de Figueiredo, *um dos grandes romancistas de Portugal*, António Nobre, *um dos mais notáveis líricos nacionais*, Bocage, citando Vitorino Nemésio, *um dos poetas dotados do sentimento de missão*, Cesário Verde, o *talentoso poeta*, Garcia de Resende, *um espírito esclarecido*, Gil Vicente, *Mestre do Nacionalismo Português, crítico implacável dos vícios da época*, João de Deus, *um contemplativo*, Júlio Dinis, de *cândida simplicidade de alma* em cujos romances abundam conceitos morais e filosóficos e Padre António Vieira, *um verdadeiro génio*.

Portadores de heroicidade guerreira são Duarte Pacheco Pereira e a *luta travada com o samorim*, enquanto ligados às viagens de exploração africanas e ao controlo dos territórios em África surgem Serpa Pinto, Silva Porto, Teixeira Pinto, António Ennes, *notável naturalista e jornalista*, e Mouzinho de Albuquerque, de *qualidades guerreiras e óptimas qualidades administrativas e um verdadeiro chefe*.

Para além dos heróis, refiram-se os santos S. Francisco Xavier, Santo António, S. Luís e outras figuras nacionais como António Pedro, *homem da cultura*, António Sardinha, *pensador nacionalista e doutrinador admirável*, António Teixeira Lopes, *escultor*, Silva Porto, *um dos grandes génios nacionais, um representante fiel do seu povo, grande comentador da paisagem nacional* e o Padre Luís Gonzaga Cabral de *extraordinária cultura*.

Uma última referência para D. Fernando, num texto que pode ser lido como uma reabilitação deste rei, reconhecendo-se-lhe *a justeza da sua administração, o seu interesse indiscutível pela prosperidade do País e a ambição de querer ver abastado, respeitado e feliz o povo de Portugal* e que incorreu apenas em dois erros, *o seu casamento e o engano do objectivo de alargar o território e a fé para terra*, no mais *todo o seu reinado foi um benefício inegável para a terra lusitana*.

A análise realizada aos artigos dedicados a heróis, santos e figuras nacionais permite estabelecer um conjunto de aspectos temáticos que caracterizam os diferentes textos, podendo surgir isolada ou cumulativamente, em cada um deles:

- i. Breve identificação do *grande homem*, naturalidade, família, entre outros elementos.
- ii. Etapas da sua vida.
- iii. Características pessoais intrínsecas que compõem a sua própria essência.
- iv. Comportamento face a contrariedades com que é confrontado e face aos demais, exibindo tolerância, altruísmo.
- v. Conhecimento (ou Saber) no campo cognitivo.
- vi. Capacidade para mobilizar o(s) conhecimento(s) para as realidades que enfrenta, tornando possível agir.
- vii. Actos e realizações como actor social.

- viii. Portador de fins ou objectivos para si ou para a sociedade de pertença.
- ix. Capacidade para agir ou fazer acontecer.

O herói primeiro é o Infante D. Henrique, tanto mais que, aproveitando o ensejo das Festas Henriquinas⁵⁴, o *Rumo* dedica-lhe um número comemorativo, o 154, de 15 de Maio de 1960, fazendo por isso sentido, uma análise mais detalhada.

Em 1950 o Infante é-nos apresentado como um *legado* de D. João I. O *mais intrépido marinheiro de todos os tempos* que com a *ciência náutica* construiu a *glória dos portugueses* – o *desvendar as lendas do mar*. Imaginou e planeou a *epopeia*, utilizou os *Seus próprios meios*, preparou *marinheiros* e elaborou o *plano de abertura do Mar Tenebroso – desconhecido e atraente*⁵⁵.

No número comemorativo, a análise e a apreciação sobre o *herói* aprofunda-se⁵⁶. A educação da mãe, o exemplo do pai, a fé – Santa Maria da Vitória, e o sonho do mar por descobrir constituem *reflexos luminosos na magnífica alma* do Infante D. Henrique.

Protegido pela divina providência – *E Ele lá do Alto, abençoava a semente para que... germinasse* – era visto como herói, génio, de *homérica figura*, um *misto de asceta e militar, de sábio e dirigente, visionário e realizador. Casto e sóbrio, um crente sincero* – de um *misticismo ardente*, cujo génio transformou num homem *afirmativo, duro, terminante, prático em tudo*.

Adoptando uma vida de *asceta e iluminado*, obteve o maior dos triunfos, autodominando-se: renunciou à *filha de Zarco, por amor à sua empresa*. Dois amores dominaram a sua vida, *o amor da Pátria e o amor da expansão do Reino de Cristo*, e a eles sacrificou *fortuna, honras, vaidades*. *Isola-se e esconde-se* do mundo para viver o seu *sonho lindo*.

Transportando como ideal um *Portugal maior*, desejando *bem-fazer a Deus e ao seu rei*, transformando Portugal numa *potência naval* e o Atlântico numa *poderosa estrada*, projecta com a sua *visão genial*, a partir de Sagres, a expansão ultramarina, universalizando Portugal.

Fundou, em Sagres, a *escola náutica*, forja dos *heróis da epopeia marítima*, contributo decisivo para a *navegação se transformar numa ciência*. Investe a sua fazenda e a da Ordem de Cristo no seu projecto. Adquire *livros, mapas e convoca sábios*. Promove a *construção de caravelas* e de *instrumentos mais aperfeiçoados*, prepara a *raça de navegadores e descobridores do futuro*, autoriza a *companhia de Lagos* que a partir de Arguim, impulsionou o comércio. Tinha consciência da *influência religiosa* como *meio poderoso de acção colonizadora* daí a sua opinião e vontade em *instruir e até ordenar sacerdotes indígenas para depois estes ensinarem os seus conterrâneos*.

Face aos seus detractores – *um certo sector da intelectualidade portuguesa, eco de desdém e malsinção* que denegriram a sua figura – reconhece-se que *não foi um*

⁵⁴ Veja-se: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – ob. cit., p. 605-612.

⁵⁵ Cf. CAMPOLARGO, Mário – «Portugal... e os portugueses». In: *Rumo. Jornal [...]*, 7-5-1950.

⁵⁶ A elaboração da imagem do Infante em 1960, foi realizada utilizando o número 154 do referido jornal como unidade de análise, pelo que, todas as referências se reportam a artigos aí publicados. Cf. *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-5-1960.

geógrafo, não foi cartógrafo, não foi missionário, não foi um cruzado, não foi descobridor mas foi a figura principal no meio de todas elas.

Congratula-se o *Governo da Nação* pela iniciativa das festas comemorativas do V Centenário da sua morte. Finalmente, se o Infante traduz um passado e uma visão desse mesmo passado, não deixa de transportar um futuro:

...As ondas engolirão ainda muitas caravelas,
mas um dia que será próximo,
as velas vermelhas de sangue dos mortos
que há séculos amortalharam
terão de novo a cor do grande mar
e hão-de vir novos «Sagres»
e novos «Infantes» de esperança numa dança verde de glória⁵⁷.

A imagem do Infante, no período das comemorações, é a de um herói e um génio, com a acção caucionada pela protecção divina. Símbolo da grandeza do Portugal de antanho, nele se projecta, como ficou demonstrado, a esperança num futuro. Em artigos posteriores destaca-se um texto intitulado «O Infante D. Henrique e a Época áurea dos Descobrimentos Portugueses» que se evidencia pelos silêncios, esbatendo-se a figura do *herói*, num extenso texto apenas dois ou três parágrafos são dedicados ao Infante, numa narrativa que acaba por se centrar nas viagens até à *descoberta* do Brasil, em aparente contradição com o título⁵⁸.

Portugal – a nação e os portugueses

O entendimento de que o herói constitui a síntese da índole do *povo*, conduziu à celebração dessa entidade colectiva transformando-a em objecto de homenagem⁵⁹. No *Rumo* Portugal é descrito enquanto nação – entidade colectiva, e pelos elementos que a constituem, os portugueses. Para captar a índole de um povo é necessário conhecer o seu passado⁶⁰. Os portugueses são, antes de mais, lusitanos:

Com um busquejo muito rápido pelas páginas douradas da nossa história resta-nos, como última atitude agradecer a Deus, com um reconhecimento profundo termos tido como antecessores lusitanos, sermos lusitanos e pedir-Lhe que nos deixe morrer lusitanos dignos. Porque ser lusitano é «participar da glória da Raça»⁶¹.

As referências remetem sistematicamente para a História de Portugal percebida como desfile de sábios, artistas, escritores, santos, mártires e heróis, testemunho da protecção divina e do génio português – sem esquecer o presente, facto que reenvia

⁵⁷ VALEROSO, Ribeiro – «Velas Novas». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-5-1960.

⁵⁸ Cf. REPAS, Sérgio de Jesus – «O Infante D. Henrique e a Época áurea dos Descobrimentos Portugueses». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-1-1967.

⁵⁹ Cf. TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – ob. cit., p. 453.

⁶⁰ Cf. CRISANTO, José Roque – ob. cit.

⁶¹ ALMEIDA, Albano de – «O orgulho de sermos lusitanos». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 4-5-1951.

para a mobilização dos antepassados como exemplo – à semelhança das famílias que «evocam os dias faustos dos avós» e da «veneração dos altares [em que] se lembram os bem-aventurados»⁶²:

Se for possível afirmarmos a existência no mundo das nações geniais, podemos, sem dúvida dizer que a primeira de todas é Portugal.

Há quase um milénio vem trilhando uma estrada de glória, tão grande quanto a glória terrena o pode ser. A sua gloriosa epopeia vem desde o hercúleo esforço dos dois Henriques – na sua fundação –, até Salazar, que é génio financeiro internacionalmente reconhecido⁶³.

A vocação de Portugal era a expansão, algo que lhe estava predestinado⁶⁴, povo de navegadores e génio aventureiro, como que se transfigura, através dessa missão universalista – «*Limpo o território de invasores, arrumadas as questões com os vizinhos poderosos, Portugal deu conta da sua missão universalista. Foi neste momento que descobriu o Mar*»⁶⁵, em benemérita da humanidade⁶⁶, transportando os valores da fé cristã⁶⁷ e da tradição que representa o passado, se abandonada resulta em *dias menos felizes*⁶⁸ e revela os *espíritos fracos*⁶⁹, mas transporta consigo *o(s) futuro(s)*:

Lembremo-nos de que como portugueses, somos tradições incarnadas e, essas tradições não são sombras do passado, são continuação do presente, como um apelo a passar ainda além, na construção de um mundo melhor, cada vez mais bela e maravilhosa⁷⁰.

Portugal tem a sua representação na bandeira⁷¹ que constitui, desde sempre, alento da gente lusa, mesmo depois de mudar com a implantação da República, «a essência, o símbolo é o mesmo»⁷², e continua a ser alvo das manifestações de patriotismo:

É que, talvez por a nossa História ser iluminada por altos fachos de heroicidade, não há povo empolgado de tão grande patriotismo como o povo português. Ainda há pouco, orgulhoso e comovido, eu tive conhecimento dum facto que pela sua magnitude bem merece uma breve referência. Um homem, verdadeiro herói da guerra de 14, já de cabelos brancos e entre os carinhos duma família a quem se dedica, foi oferecer o seu braço ainda vigoroso em defesa da Pátria ameaçada nas longínquas regiões da Índia. Um símbolo da Pátria, a Bandeira Nacional apenas, bastará para que um braço já cansado se reerga e lute até ao limite máximo das suas forças⁷³.

⁶² A lição do 1º de Dezembro. Resumo de uma palestra do Prof. José Maria Gaspar no dia 1º de Dezembro último para o Colégio S. Pedro de Coimbra, na festa da distribuição de prémios. In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-1-1965.

⁶³ ALMEIDA, Albano de – «O orgulho de sermos lusitanos». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 4-5-1951.

⁶⁴ Cf. NUNES, Suzette Barata – «Descobrimientos e conquistas dos portugueses». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-12-1967.

⁶⁵ CARDOSO, Maria Alcide Valente – «D. Henrique, pensamento cristão da sua obra». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-5-1960.

⁶⁶ Cf. GASPAR, José Maria – «Fé e império». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-1-1953.

⁶⁷ Cf. Jonas – «Invasões Francesas». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-3-1965.

⁶⁸ Cf. ALMEIDA, Albano de – ob. cit.

⁶⁹ Cf. CAMPOLARGO, Mário – ob. cit.

⁷⁰ NUNES, Suzette Barata – ob. cit.

⁷¹ Cf. B. F. – «A bandeira portuguesa». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-1-1956.

⁷² Idem, *Ibidem*.

⁷³ «A criança e a História Pátria». *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-2-1956.

Portugal e os portugueses têm na sua história uma marca identitária. *Lusitanos* que se revelaram heróis, santos e mártires e que encontraram na expansão uma vocação e um destino, conjugando fé e tradição, corporizando uma *missão universalista*.

Nota final

A abordagem aqui realizada é uma primeira reflexão sobre a memória histórica pelo viés dos discursos dos alunos e das alunas do ensino normal, construída com base no jornal da Escola do Magistério Primário de Coimbra, e que permitiu uma aproximação ao entendimento e compreensão da História de Portugal por futuros professores e professoras do ensino primário.

Uma visão providencialista, ideologicamente marcada pelas concepções estado novistas e mobilizada pelos combates do presente. Uma gesta de heróis, santos e mártires, ainda que a hipervalorização do herói, na linha das correntes nacionalistas, com a conseqüente substituição de dimensões ecuménicas e humanistas por valores conservadores, não se quede pela exaltação das glórias e valores nacionais. No *Rumo*, encontrámos, pelo menos ao nível da narrativa biográfica, um importante corpo documental de temática não nacional que por razões já expendidas não integrou este estudo.

A História, alfobre de modelos, constitui-se em lição. Com seu ensino contribui-se para a formação do carácter e da consciência, apelando ao sentimento e à paixão, onde à narrativa, enquanto estratégia, é cometido um papel não despiciendo.